PREFEITURA RIO | Conservação e Serviços Públicos

CONTRATO Nº 12 /2025

Termo de Contrato celebrado entre o MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, por meio da SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS, como CONTRATANTE, e a ANDRADE BARROS LOGÍSTICA E SERVIÇOS LTDA., como CONTRATADA para prestação de serviços contínuo na forma abaixo.

Aos dias 14 do mês de agosto do ano 2025, na Rua Maia de Lacerda, nº 167 – Estácio - Rio de Janeiro/RJ o **MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO**, por meio da **Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos - SECONSERVA**, a seguir denominado **CONTRATANTE**, representado pela Subsecretária de Gestão REGINA RIBEIRO FERREIRA, e a **ANDRADE BARROS LOGÍSTICA E SERVIÇOS LTDA.**, estabelecida a Rua Alexandre Rodrigues Ferreira, 140 – Afogados – Recife/PE, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o nº 04.741.395/0001-34, a seguir denominada CONTRATADA, neste ato representada por CARLOS FREDERICO DE ALMEIDA, têm justo e acordado o presente Contrato, que é celebrado em decorrência do resultado do PREGÃO ELETRÔNICO PE-RP-SEOP 90083/2025, realizado por meio do processo administrativo nº EOP-PRO-2025/00061 e CSV-PRO-2025/05973, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Este Contrato se rege por toda a legislação aplicável à espécie, que desde já se entende como referida no presente termo, especialmente pelas normas de caráter geral da **Lei Federal nº 14.133/2021**, pela **Lei Complementar Federal nº 123/2006** – Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, pela **Lei Complementar Federal nº 101/2000** – Lei de Responsabilidade Fiscal, pelo Código de Defesa do Consumidor, instituído pela **Lei Federal nº 8.078/1990** e suas alterações, pelo Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Município do Rio de Janeiro – **CAF**, instituído pela Lei nº 207/1980, e suas alterações, ratificadas pela Lei Complementar nº 1/1990, pelo Regulamento Geral do Código supra citado – **RGCAF**, aprovado pelo Decreto Municipal nº 3.221/1981, e suas alterações, pela **Lei Municipal nº 2.816/1999, Lei Municipal nº 4.978/2008e pelos Decretos Municipais nº 17.907/1999, 18.835/2000, 21.083/2002, 21.253/2002, 22.136/2002, 27.715/2007, 31.349/2009, 40.285/2015 c/c 48.365/2021, 40.286/2015, 46.195/2019, 49.415/2021, 51.078/2022, 51.260/2022, 51.628/2022, 51.629/2022, 51.631/2022, 51.632/2022, 51.634/2022 e 51.635/2022** com suas alterações posteriores, bem como pelos preceitos de Direito Público pelas regras constantes do Edital e de seus Anexos, pela Proposta da CONTRATADA e pelas disposições deste Contrato. A CONTRATADA declara conhecer todas essas normas e concorda em se sujeitar às suas estipulações, sistema de penalidades e demais regras delas constantes, ainda que não expressamente transcritas neste instrumento, incondicional e irrestritamente.

CSVCAP202509637

Autenticado com senha por CRISTIANE VIDAL DE OLIVEIRA - GERENTE II / 50350 - 18/08/2025 às 10:47:37.
Documento Nº: 11647390-8419 - consulta à autenticidade em
https://acesso.processo.rio/sigaex/public/app/autenticar?n=11647390-8419

SIGA

CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO

O objeto do presente Contrato é a contratação de **"SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS DE FISCALIZAÇÃO, SEM SERVIÇOS DE CONDUÇÃO E SEM SERVIÇO DE ABASTECIMENTO, COM MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA (INCLUINDO FORCIMENTO DE PEÇAS)"**, devidamente descritos, caracterizados e especificados no Termo de Referência (Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº 90083/2025), na forma descrita:

Parágrafo Único – O objeto do Contrato será executado com obediência rigorosa, fiel e integral de todas as exigências, normas, itens, elementos, condições gerais e especiais, contidos no processo administrativo nº EOP-PRO-2025/00061 e CSV-PRO-2025/05973, no Termo de Referência, em detalhes e informações fornecidas pelo CONTRATANTE, bem como nas normas técnicas para a execução dos serviços/fornecimento dos bens.

CLÁUSULA TERCEIRA – VALOR

O valor total do presente Contrato é de R$ 1.364.220,00 (um milhão, trezentos e sessenta e quatro mil, duzentos e vinte reais), correspondendo a uma despesa mensal estimada de R$ 37.895,00 (trinta e sete mil oitocentos e noventa e cinco reais), correspondendo a 11 (onze) veículos.

CLÁUSULA QUARTA – FORMA E PRAZO DE PAGAMENTO

Os pagamentos serão efetuados à CONTRATADA após a regular liquidação da despesa, nos termos do **art. 63 da Lei Federal nº 4.320/1964**, observado o disposto nos **arts. 140 e 141 da Lei Federal nº 14.133/2021**, em 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do documento de cobrança no setor competente do órgão.

Parágrafo Primeiro – Para fins de **medição**, se for o caso, e faturamento, o período-base de medição do **serviço prestado** será de um mês, considerando-se o mês civil, podendo no primeiro mês e no último, para fins de acerto de contas, o período se constituir em fração do mês, considerado para esse fim o mês com 30 (trinta) dias.

Parágrafo Segundo – O documento de cobrança será apresentado à Fiscalização, para atestação, e, após, protocolado no setor competente do órgão.

Parágrafo Terceiro – Quando se tratar de prestação de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou predominância de mão de obra, a CONTRATADA deverá apresentar juntamente com o documento de cobrança, os comprovantes de recolhimento do **FGTS** e **INSS** de todos os empregados atuantes no contrato, assim como a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – **CNDT** ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeito negativo válida, declaração de regularidade trabalhista, declaração de observância das normas de saúde e segurança do trabalho e documentos exigidos pelas normas de liquidação das despesas aplicáveis.

Parágrafo Quarto – O pagamento à CONTRATADA será realizado em razão do(s) serviços/fornecimento efetivamente executados e aceitos no período-base mencionado no parágrafo primeiro, sem que o órgão esteja obrigado a pagar o valor total do Contrato.

CSVCAP202509637

Autenticado com senha por CRISTIANE VIDAL DE OLIVEIRA - GERENTE II / 50350 - 18/08/2025 às 10:47:37.
Documento Nº: 11647390-8419 - consulta à autenticidade em
https://acesso.processo.rio/sigaex/public/app/autenticar?n=11647390-8419

SIGA

Parágrafo Quinto – No caso de erro nos documentos de faturamento ou cobrança, estes serão devolvidos à CONTRATADA para retificação ou substituição, passando o prazo de pagamento a fluir, então, a partir da reapresentação válida desses documentos.

Parágrafo Sexto – O valor dos pagamentos eventualmente efetuados com atraso, desde que não decorra de fato ou ato imputável à CONTRATADA, sofrerá a incidência de juros e correção monetária, de acordo com a variação da Taxa Selic aplicável à mora da Administração Pública, pro rata die entre o 31º (trigésimo primeiro) dia da data do protocolo do documento de cobrança no setor competente do órgão e a data do efetivo pagamento, limitados a 12% ao ano.

Parágrafo Sétimo – O pagamento será efetuado à CONTRATADA por meio de crédito em conta corrente aberta em banco a ser indicado pelo CONTRATANTE, a qual deverá ser cadastrada junto à Coordenação do Tesouro Municipal.

CLÁUSULA QUINTA – REAJUSTE

Somente ocorrerá reajustamento do Contrato decorrido o prazo de 24 (vinte e quatro) meses contados da data do orçamento estimado em 16/01/2025, observada a Lei Federal nº 10.192, de 14 de fevereiro de 2001.

Parágrafo Primeiro – Os preços serão reajustados de acordo com a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial – IPCA–E do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, calculado por meio da seguinte fórmula:

$R = Po\ [(I–Io)/Io]$

Onde:

R = valor do reajuste;
I = índice IPCA–E mensal relativo ao mês anterior ao de aniversário do Contrato;
Io = índice do IPCA–E mensal relativo ao mês do orçamento estimado;
Po= preço unitário contratual, objeto do reajustamento.

Parágrafo Segundo – Caso o índice previsto neste Contrato seja extinto ou de alguma forma não possa mais ser aplicado, será adotado outro índice que reflita a perda do poder aquisitivo da moeda. Neste caso, a variação do índice deverá ser calculada por meio da fórmula consignada no parágrafo anterior.

Parágrafo Terceiro – A CONTRATADA não terá direito ao reajuste do preço das etapas do serviço que, comprovadamente, sofrerem atraso em consequência da ação ou omissão motivada pela própria CONTRATADA, e também das que forem executadas fora do prazo, sem que tenha sido autorizada a respectiva prorrogação, de acordo com o estabelecido no art. 518 do RGCAF.

CLÁUSULA SEXTA – REEQUILÍBRIO ECONÔMICO–FINANCEIRO

Caso o CONTRATADO requeira reequilíbrio econômico–financeiro do contrato, fica o CONTRATANTE obrigado a responder em até 90 (noventa) dias, da data do

CSVCAP202509637

Autenticado com senha por CRISTIANE VIDAL DE OLIVEIRA - GERENTE II / 50350 - 18/08/2025 às 10:47:37.
Documento Nº: 11647390-8419 - consulta à autenticidade em
https://acesso.processo.rio/sigaex/public/app/autenticar?n=11647390-8419

SIGA

requerimento ou da data em que forem apresentados todos os documentos necessários à apreciação do pedido.

CLÁUSULA SÉTIMA – REGIME E FORMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços objeto do presente Contrato serão executados sob o regime de Empreitada por Preço Unitário, conforme as especificações constantes do Termo de Referência ou Projeto Básico.

CLÁUSULA OITAVA – FISCALIZAÇÃO

A CONTRATADA submeter–se–á a todas as medidas e procedimentos de Fiscalização. Os atos de fiscalização, inclusive inspeções e testes, executados pelo CONTRATANTE e/ou por seus prepostos, não eximem a CONTRATADA de suas obrigações no que se refere ao cumprimento das normas, especificações e projetos, nem de qualquer de suas responsabilidades legais e contratuais.

Parágrafo Primeiro – A Fiscalização da prestação dos serviços ou do fornecimento dos bens caberá a comissão designada por ato do titular do órgão. Incumbe à Fiscalização a prática de todos os atos que lhe são próprios nos termos da legislação em vigor, respeitados o contraditório e a ampla defesa.,

Parágrafo Segundo – A CONTRATADA declara, antecipadamente, aceitar todas as decisões, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pelo CONTRATANTE, se obrigando a fornecer os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem considerados necessários ao desempenho de suas atividades.

Parágrafo Terceiro – A CONTRATADA se obriga a permitir que o pessoal da fiscalização do CONTRATANTE acesse quaisquer de suas dependências, possibilitando o exame das instalações e também das anotações relativas aos equipamentos, pessoas e materiais, fornecendo, quando solicitados, todos os dados e elementos referentes à execução do contrato.

Parágrafo Quarto – Compete à CONTRATADA fazer minucioso exame da execução dos serviços ou do fornecimento dos bens, de modo a permitir, a tempo e por escrito, apresentar à Fiscalização, para o devido esclarecimento, todas as divergências ou dúvidas porventura encontradas e que venham a impedir o bom desempenho do Contrato. O silêncio implica total aceitação das condições estabelecidas.

Parágrafo Quinto – A atuação fiscalizadora em nada restringirá a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA no que concerne aos serviços contratados ou bens, à sua execução e às consequências e implicações, próximas ou remotas, perante o CONTRATANTE, ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de eventuais irregularidades não implicará corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus prepostos.

CLÁUSULA NONA – GARANTIA

A CONTRATADA prestou garantia na modalidade de Seguro Garantia no valor de R$ 27.285,00 (vinte e sete mil, duzentos e oitenta e cinco reais) equivalente a 2% (dois por cento) do valor total do Contrato.

CSVCAP202509637

Autenticado com senha por CRISTIANE VIDAL DE OLIVEIRA - GERENTE II / 50350 - 18/08/2025 às 10:47:37.
Documento Nº: 11647390-8419 - consulta à autenticidade em
https://acesso.processo.rio/sigaex/public/app/autenticar?n=11647390-8419

SIGA

Parágrafo Primeiro – A Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos - SECONSERVA se utilizará da garantia para assegurar as obrigações associadas ao Contrato, podendo recorrer a esta inclusive para cobrar valores de multas eventualmente aplicadas e ressarcir–se dos prejuízos que lhe forem causados em virtude do descumprimento das referidas obrigações. Para reparar esses prejuízos, poderá a CONTRATANTE ainda reter créditos.

Parágrafo Segundo – Os valores das multas impostas por descumprimento das obrigações assumidas no Contrato serão **descontados da garantia** caso não venham a ser quitados no prazo de **03 (três) dias úteis**, contados da ciência da aplicação da penalidade. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

Parágrafo Terceiro – Em caso de extinção decorrente de ato praticado pela CONTRATADA, a garantia reverterá ao CONTRATANTE para execução na forma do inciso III, do art. 139 da Lei 14.133/2021. Quando a garantia for insuficiente, o CONTRATANTE promoverá a cobrança de eventual diferença que venha a ser apurada.

Parágrafo Quarto – A apólice deverá ter vigência idêntica ao prazo do contrato, acrescido de 30 (trinta) dias para apuração de eventual inadimplemento da Contratada —ocorrido durante a vigência contratual —e para a comunicação do inadimplemento à seguradora, com cláusula de renovação até a extinção das obrigações da CONTRATADA, vinculada à reavaliação do risco.

Parágrafo Quinto – A apólice deverá conter disposição expressa de obrigatoriedade de a seguradora informar ao CONTRATANTE e à CONTRATADA, em até 30 (trinta) dias antes do prazo final da validade, se a apólice será ou não renovada.

Parágrafo Sexto – No caso de a seguradora não renovar a apólice de seguro–garantia, a Contratada deverá apresentar garantia de valor e condições equivalentes, para aprovação do Contratante, antes do vencimento da apólice, independentemente de notificação, sob pena de caracterizar–se inadimplência e serem aplicadas as penalidades cabíveis.

Parágrafo Sétimo – As apólices emitidas não poderão conter obrigações, restrições ou disposições que contrariem as disposições do presente CONTRATO e deverão conter declaração expressa da companhia seguradora, da qual conste que conhece integralmente este contrato.

Parágrafo Oitavo – A CONTRATADA encaminhará ao Contratante cópia autenticada das apólices de seguro, antes da assinatura do contrato,

Parágrafo Nono – A apólice deverá ser emitida por seguradora autorizada a funcionar no Brasil pela SUSEP –Superintendência de Seguros Privados, –fato que deverá ser atestado mediante apresentação, junto com a apólice, da Certidão de Regularidade expedida pela SUSEP.

CSVCAP202509637

Autenticado com senha por CRISTIANE VIDAL DE OLIVEIRA - GERENTE II / 50350 - 18/08/2025 às 10:47:37.
Documento Nº: 11647390-8419 - consulta à autenticidade em
https://acesso.processo.rio/sigaex/public/app/autenticar?n=11647390-8419

SIGA

Parágrafo Décimo – Sempre que houver alteração do valor do Contrato, de acordo com o art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021, a garantia será complementada no prazo de **7 (sete) dias úteis** do recebimento, pela CONTRATADA, do correspondente aviso, sob pena de aplicação das **sanções previstas neste Contrato.**

CLÁUSULA DÉCIMA – PRAZO

A contratação terá eficácia a partir da data da publicação do instrumento correspondente no Portal Nacional de Contratações Públicas e vigorará por 36 (trinta e seis) meses, contados de 18 de agosto de 2025.

Parágrafo Primeiro – O prazo de execução dos serviços poderá ser prorrogado ou alterado nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

Parágrafo Segundo – No caso de serviços e fornecimentos contínuos, o contrato poderá ser prorrogado na forma dos arts. 107 e 106, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021, e das demais normas aplicáveis.

Parágrafo Quarto – O período de conservação por conta da CONTRATADA será de 180 (cento e oitenta) dias corridos, a contar do aceite provisório, na forma do art. 462 do RGCAF, sem prejuízo da garantia legal.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da CONTRATADA:

I – prestar os serviços fornecer os bens de acordo com todas as exigências contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

II – tomar as medidas preventivas necessárias para evitar danos a terceiros, em consequência da execução dos trabalhos;

III – responsabilizar–se integralmente pelo ressarcimento de quaisquer danos e prejuízos, de qualquer natureza, que causar ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes da execução do objeto deste Contrato, respondendo por si, seus empregados, prepostos e sucessores, independentemente das medidas preventivas adotadas;

IV – atender às determinações e exigências formuladas pelo CONTRATANTE;

V – reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, por sua conta e responsabilidade, os serviços ou bens recusados pelo CONTRATANTE no prazo determinado pela Fiscalização;

VI – responsabilizar–se, na forma do Contrato, por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, sociais, tributárias, trabalhistas e previdenciárias, ou quaisquer outras previstas na legislação em vigor, bem como por todos os gastos e encargos com material e mão–de–obra necessária à completa realização dos serviços até o seu término:

CSVCAP202509637

Autenticado com senha por CRISTIANE VIDAL DE OLIVEIRA - GERENTE II / 50350 - 18/08/2025 às 10:47:37.
Documento Nº: 11647390-8419 - consulta à autenticidade em
https://acesso.processo.rio/sigaex/public/app/autenticar?n=11647390-8419

SIGA

a) em caso de ajuizamento de ações trabalhistas em face da CONTRATADA, decorrentes da execução do presente Contrato, com a inclusão do Município do Rio de Janeiro ou de entidade da Administração Pública indireta como responsável subsidiário ou solidário, o CONTRATANTE poderá reter, das parcelas vincendas, o montante dos valores cobrados, que serão complementados a qualquer tempo com nova retenção em caso de insuficiência;

b) no caso da existência de débitos tributários ou previdenciários, decorrentes da execução do presente Contrato, que possam ensejar responsabilidade subsidiária ou solidária do CONTRATANTE, as parcelas vincendas poderão ser retidas até o montante dos valores cobrados, que serão complementados a qualquer tempo com nova retenção em caso de insuficiência;

c) as retenções previstas nas alíneas "a" e "b" poderão ser realizadas tão logo tenha ciência o Município do Rio de Janeiro ou o CONTRATANTE da existência de ação trabalhista ou de débitos tributários e previdenciários e serão destinadas ao pagamento das respectivas obrigações caso o Município do Rio de Janeiro ou entidade da Administração Pública indireta sejam compelidos a tanto, administrativa ou judicialmente, não cabendo, em nenhuma hipótese, ressarcimento à CONTRATADA;

d) eventuais retenções previstas nas alíneas "a" e "b" somente serão liberadas pelo CONTRATANTE se houver justa causa devidamente fundamentada.

VII – responsabilizar–se, na forma do Contrato, pela qualidade dos serviços executados e dos materiais empregados, em conformidade com as especificações do Projeto Básico, com as normas **da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT**, e demais normas técnicas pertinentes, a ser atestada pela Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos – SECONSERVA, assim como pelo refazimento do serviço e a substituição dos materiais recusados, sem ônus para o(a) CONTRATANTE e sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis;

VIII – manter as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital durante todo prazo de execução contratual;

IX – responsabilizar-se inteira e exclusivamente pelo uso regular de marcas, patentes, registros, processos e licenças relativas à execução deste Contrato, eximindo o CONTRATANTE das consequências de qualquer utilização indevida;

X – observar o disposto no Decreto Municipal nº 27.715/07 e suas alterações posteriores, no que coube;

XI – nas contratações de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, para assegurar o cumprimento de obrigações trabalhistas, aquiesce à adoção, entre outras medidas, a serem adotadas pela Administração:
a) condicionamento o pagamento à comprovação de quitação das obrigações trabalhistas vencidas relativas ao contrato;
b) depósito de valores em conta vinculada;

CSVCAP202509637

Autenticado com senha por CRISTIANE VIDAL DE OLIVEIRA - GERENTE II / 50350 - 18/08/2025 às 10:47:37.
Documento Nº: 11647390-8419 - consulta à autenticidade em
https://acesso.processo.rio/sigaex/public/app/autenticar?n=11647390-8419

SIGA

c) em caso de inadimplemento, o pagamento das verbas trabalhistas aos seus titulares, que serão deduzidas do pagamento devido ao contratado;
d) estabelecimento de que os valores destinados a férias, a décimo terceiro salário, a ausências legais e a verbas rescisórias dos empregados do contratado que participarem da execução dos serviços contratados serão pagos pelo contratante ao contratado somente na ocorrência do fato gerador.

XII - nas contratações de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, apresentar quando, solicitado pela Administração, sob pena de multa, comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) em relação aos empregados diretamente envolvidos na execução do contrato, em especial quanto ao:
a) registo de ponto;
b) recibo de pagamento de salários, adicionais, horas extras, repouso semanal remunerado e décimo terceiro salário;
c) comprovante de depósito do FGTS;
d) recibo de concessão e pagamento de férias e do respectivo adicional;
e) recibo de quitação de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato;
f) recibo de pagamento de vale–transporte e vale–alimentação, na forma prevista em norma coletiva.

XIII – nas contratações de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, autoriza a Administração CONTRATANTE a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando estes não forem adimplidos;

XIV – cumprir durante toda a execução do contrato as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

XV – manter hígidas as garantias contratuais até o recebimento definitivo do objeto do contrato;

XVI – se comprometer a não subcontratar pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

XVII – informar endereço(s) eletrônico(s) para comunicação e recebimento de notificações e intimações, inclusive para fim de eventual citação judicial;

XVIII – comprovar o cadastramento de seu endereço eletrônico perante os órgãos do Poder Judiciário, mantendo seus dados atualizados para fins de eventual recebimento de citações e intimações;

CSVCAP202509637

Autenticado com senha por CRISTIANE VIDAL DE OLIVEIRA - GERENTE II / 50350 - 18/08/2025 às 10:47:37.
Documento Nº: 11647390-8419 - consulta à autenticidade em
https://acesso.processo.rio/sigaex/public/app/autenticar?n=11647390-8419

SIGA

XIX – entregar o Questionário Eletrônico de Integridade e Transparência devidamente preenchido, conforme o parágrafo único do art. 7º do Decreto Rio nº 49.415/2021;

XX - observar as vedações contidas no Decreto Rio nº 51.260/2022, que dispõe sobre a obrigatoriedade de observância dos princípios e regras de integridade pública por parte dos agentes públicos do Poder Executivo do Município do Rio de Janeiro;

XXI – comprovar a implantação de programa de integridade nas contratações de obras, serviços e fornecimentos de grande vulto, de que trata o § 4º do art. 25 da Lei Federal nº 14.133/2021;

XXII – efetuar a retenção na fonte do imposto de renda sobre os pagamentos feitos às pessoas físicas e jurídicas, com base na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras, observando a alíquota aplicável e o procedimento disposto no Decreto Rio nº 49.593, de 18 de outubro de 2021, e alterações posteriores;

XXIII – Promover, sem ônus para o contratante, nos casos de remoção de vegetação, a solicitação de autorização para a remoção e posterior implantação das medidas compensatórias correspondentes, nos termos da legislação em vigor;

XXIV – Manter o registro da medida compensatória realizada de modo a ser apresentada ao contratante quando solicitado.

XXV – Realizar prova da disponibilidade de veículos e equipamentos, em conformidade com o Quadro de Equipamentos (Anexo II), indispensáveis à execução do objeto do contrato, em todas as suas fases, mediante apresentação de relação explícita e declaração formal das disponibilidades exigidas, quando for o caso.

XXVI – Manter as condições apresentadas na proposta vencedora, caso a execução do presente contrato importe na sua exclusão do regime do SIMPLES NACIONAL.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE
São obrigações do CONTRATANTE:

I – Realizar os pagamentos na forma e condições previstas neste Contrato;
II – Realizar a fiscalização do objeto contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD
As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão da execução do presente contrato administrativo independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

I- Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD, especialmente o da adequação, o da necessidade e o da finalidade específica, bem como as diretrizes e instruções transmitidas pelo CONTRATANTE.

CSVCAP202509637

Autenticado com senha por CRISTIANE VIDAL DE OLIVEIRA - GERENTE II / 50350 - 18/08/2025 às 10:47:37.
Documento Nº: 11647390-8419 - consulta à autenticidade em
https://acesso.processo.rio/sigaex/public/app/autenticar?n=11647390-8419

SIGA

II- É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei e nesse contrato.

III- Eventual compartilhamento de dados pessoais com empresa SUBCONTRATADA dependerá de autorização prévia do CONTRATANTE, restringindo-se ao estritamente necessário para o fiel desempenho da execução do instrumento contratual, hipótese em que a SUBCONTRATADA ficará sujeita aos mesmos limites e obrigações legais e contratuais relativos à LGPD impostos à CONTRATADA, permanecendo a CONTRATADA integralmente responsável por garantir a sua observância perante o CONTRATANTE.

IV- É dever da CONTRATADA orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

V- A CONTRATADA é responsável pelo uso indevido e em desconformidade com a LGPD e com este contrato que seus empregados, colaboradores, prepostos, consultores ou prestadores de serviços fizerem dos dados pessoais, bem como por quaisquer falhas nos sistemas por ela empregados para o tratamento dos dados pessoais.

VI- A CONTRATADA deve adotar medidas de segurança, técnicas e administrativas, aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

VII - O CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo realizar diligências, inspeções e auditorias, a fim de zelar pelo cumprimento dessa cláusula, devendo a CONTRATADA atender, no prazo indicado pelo CONTRATANTE, eventuais pedidos de comprovações formulados.

VIII- A fiscalização do CONTRATANTE não exime, nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes do descumprimento da LGPD e desse ajuste.

IX- A CONTRATADA deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

X- Na hipótese de ocorrência de incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante aos titulares, a CONTRATADA deve comunicar ao CONTRATANTE o fato em, no máximo, 24 horas, contados da sua ciência, para que este possa comunicar à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) e ao Titular, na forma do art. 48 da LGPD.

XI - A CONTRATADA deverá manter banco de dados - art. 5°, IV da LGPD - em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos

CSVCAP202509637

Autenticado com senha por CRISTIANE VIDAL DE OLIVEIRA - GERENTE II / 50350 - 18/08/2025 às 10:47:37.
Documento Nº: 11647390-8419 - consulta à autenticidade em
https://acesso.processo.rio/sigaex/public/app/autenticar?n=11647390-8419

SIGA

realizados com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, disponibilizando-o quando solicitado, na forma dos arts. 25 e 37 da LGPD.

XI.1 - Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

XII - Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, os dados pessoais serão transferidos ao CONTRATANTE, assegurada a integridade e disponibilidade dos dados recebidos, e eliminados definitivamente pela CONTRATADA.

XII.1 - O CONTRATANTE manterá os dados pessoais necessários ao cumprimento do art. 16 da LGPD somente enquanto não prescritas essas obrigações.

XIII - Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – RECEBIMENTO DO OBJETO DO CONTRATO

O recebimento do objeto do contrato previsto na CLÁUSULA SEGUNDA se dará mediante avaliação de servidores designados pelo titular da Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos - SECONSERVA, que constatarão se o objeto entregue atende a todas as especificações contidas no Termo de Referência (Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 90083/2025)

Parágrafo Primeiro – O objeto do presente contrato será recebido em tantas parcelas quantas forem as relativas ao pagamento.

Parágrafo Segundo – Os serviços executados em desacordo com a especificação do Edital e seus Anexos, e da Proposta deverão ser recusados pela Comissão responsável pela fiscalização do contrato, que anotará em registro próprio as ocorrências e determinará o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 5 (cinco) dias, para ratificação.

Parágrafo Terceiro – Na hipótese de recusa de recebimento, a CONTRATADA deverá reexecutar os serviços não aceitos, em prazo a ser estabelecido pela CONTRATANTE, passando a contar os prazos para pagamento e demais compromissos do CONTRATANTE da data da efetiva aceitação. Caso a CONTRATADA não reexecute os serviços não aceitos no prazo assinado, a CONTRATANTE se reserva o direito de providenciar a sua execução às expensas da CONTRATADA, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

Parágrafo Quarto – O objeto do presente Contrato será recebido:

a) provisoriamente, na forma dos art. 501 a 504 do RGCAF e do art. 140, II, "a", da Lei Federal nº 14.133/2021.

CSVCAP202509637

Autenticado com senha por CRISTIANE VIDAL DE OLIVEIRA - GERENTE II / 50350 - 18/08/2025 às 10:47:37.
Documento Nº: 11647390-8419 - consulta à autenticidade em
https://acesso.processo.rio/sigaex/public/app/autenticar?n=11647390-8419

SIGA

b) definitivamente, após o decurso do prazo de conservação e verificada a perfeita adequação do objeto aos termos contratuais, na forma dos arts. 501 a 503 e 505, todos do RGCAF.

Parágrafo Quinto – O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra e/ou serviço, nem a ético-profissional, pela prefeita execução do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FORÇA MAIOR E CASO FORTUITO

Os motivos de força maior ou caso fortuito que possam impedir a CONTRATADA de cumprir as etapas e o prazo do Contrato deverão ser alegados oportunamente, mediante requerimento protocolado. Não serão consideradas quaisquer alegações baseadas em ocorrências não comunicadas e nem aceitas pela Fiscalização nas épocas oportunas. Os motivos de força maior e caso fortuito poderão autorizar a suspensão da execução do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO

É facultado ao CONTRATANTE suspender a execução do Contrato e a contagem dos prazos mediante justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Pelo descumprimento total ou parcial do Contrato, a Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos - SECONSERVA poderá, sem prejuízo responsabilidade civil e criminal que couber, aplicar as seguintes sanções, previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021 e no art. 589 do RGCAF:

(a) Advertência;
(b) Multa;
(c) Impedimento de licitar e contratar, pelo prazo de até 3 (três) anos;
(d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Parágrafo Primeiro – A aplicação da sanção prevista na alínea "b" observará os seguintes parâmetros:

1) 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia útil sobre o valor da parcela/etapa em atraso do Contrato, nos primeiros 15 (quinze) dias de atraso na execução dos serviços.

2) 0,3% (três décimos por cento) até 0,4% (quatro décimos por cento) por dia útil sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, a partir do 16º (décimo sexto) dia útil de atraso na execução dos serviços;

3) após o 15º (décimo quinto) dia útil de atraso na execução do serviço, a Administração poderá optar pela extinção unilateral da avença e aplicar multa de 0,5% (meio por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do saldo do Contrato;

4) 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do Contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e

CSVCAP202509637

Autenticado com senha por CRISTIANE VIDAL DE OLIVEIRA - GERENTE II / 50350 - 18/08/2025 às 10:47:37.
Documento Nº: 11647390-8419 - consulta à autenticidade em
https://acesso.processo.rio/sigaex/public/app/autenticar?n=11647390-8419

SIGA

5) 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do Contrato por dia útil de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias úteis autorizará o CONTRATANTE a promover a extinção do Contrato e aplicar multa de 0,5% (meio por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do saldo do Contrato.

6) As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

7) Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

TABELA 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

TABELA 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, a execução dos serviços;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar–se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
Para os itens a seguir, deixar de:		
5	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
6	Substituir empregado alocado que não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir quaisquer dos itens do Contrato e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03

CSVCAP202509637

Autenticado com senha por CRISTIANE VIDAL DE OLIVEIRA - GERENTE II / 50350 - 18/08/2025 às 10:47:37.
Documento Nº: 11647390-8419 - consulta à autenticidade em
https://acesso.processo.rio/sigaex/public/app/autenticar?n=11647390-8419

SIGA

8	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no Contrato;	01

Parágrafo Segundo – As sanções somente serão aplicadas após o decurso do prazo para apresentação de defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, observadas as demais formalidades legais.

Parágrafo Terceiro – As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" do caput desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com aquela prevista nas alíneas "b", e não excluem a possibilidade de extinção unilateral do Contrato.

Parágrafo Quarto – As multas deverão ser recolhidas no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da ciência da aplicação da penalidade ou da publicação no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro – D.O. RIO do ato que as impuser.

Parágrafo Quinto – O valor das multas vencidas e não pagas deverá ser compensado com as quantias devidas à CONTRATADA e/ou executada a garantia.

Parágrafo Sexto – Quando do vencimento da penúltima e/ou da última fatura do contrato, o valor de eventual multa ainda pendente de recurso ou não vencida deverá ser retido das quantias devidas à CONTRATADA.

Parágrafo Sétimo – Nos casos em que o valor da multa venha a ser descontado da garantia, o valor desta deverá ser recomposto em 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de extinção administrativa do Contrato.

Parágrafo Oitavo – As multas eventualmente aplicadas com base na alínea "b" do caput desta Cláusula não possuem caráter compensatório, e, assim, o pagamento delas não eximirá a CONTRATADA de responsabilidade pelas perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

Parágrafo Nono – A aplicação das sanções estabelecidas nas alíneas "a", "b" e "c" do caput desta Cláusula é da competência da Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos – SECONSERVA e a da alínea "d" é da competência exclusiva do Secretário Municipal de Conservação e Serviços Públicos – SECONSERVA.

Parágrafo Décimo - A aplicação das sanções previstas nesta cláusula não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

Parágrafo Décimo Primeiro – A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

CSVCAP202509637

Autenticado com senha por CRISTIANE VIDAL DE OLIVEIRA - GERENTE II / 50350 - 18/08/2025 às 10:47:37.
Documento Nº: 11647390-8419 - consulta à autenticidade em
https://acesso.processo.rio/sigaex/public/app/autenticar?n=11647390-8419

SIGA

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – RECURSOS
A CONTRATADA poderá apresentar:

a) Recurso a ser interposto perante a autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, no prazo de **15 (quinze) dias úteis)** contados da intimação da aplicação das penalidades estabelecidas nas alíneas "a", "b", "c" e "d" do caput da Cláusula anterior;

b) Recurso a ser interposto perante a autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, no prazo de **3 (três) dias úteis)** contados da intimação da extinção do contrato quando promovido por ato unilateral e escrito da Administração;

c) Pedido de Reconsideração no prazo de **15 (quinze) dias úteis** contados da ciência da aplicação da penalidade estabelecida na alínea "e" do caput da Cláusula anterior;

Parágrafo Único – Os recursos a que aludem as **alíneas "a" e "b"** do caput da presente Cláusula serão dirigidos à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar a decisão recorrida, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior para decisão.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – EXTINÇÃO
O CONTRATANTE poderá extinguir administrativamente o Contrato, por ato unilateral, na ocorrência das hipóteses previstas no art. 529, do RGCAF, e no art. 137, incisos I a IX, da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante decisão fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e observado o art. 138, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Parágrafo Primeiro – A extinção operará seus efeitos a partir da publicação do ato administrativo no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

Parágrafo Segundo – Extinto o Contrato, a CONTRATANTE assumirá imediatamente o seu objeto no local e no estado em que a sua execução se encontrar.

Parágrafo Terceiro – Na hipótese de extinção por culpa da contratada, a CONTRATADA, além das demais sanções cabíveis, ficará sujeita à **multa** de até 20% (vinte por cento) calculada sobre o saldo reajustado do Contrato, ou, ainda, sobre o valor do Contrato, conforme o caso, na forma da Cláusula Terceira e da Cláusula Décima Sexta, caput, alínea "c", deste Contrato.

Parágrafo Quarto – A **multa** referida no parágrafo anterior não tem caráter compensatório e será descontada do valor da garantia. Se a garantia for insuficiente, o débito remanescente, inclusive o decorrente de penalidades anteriormente aplicadas, poderá ser compensado com eventuais créditos devidos pelo CONTRATANTE.

Parágrafo Quinto – Nos casos de extinção com culpa exclusiva da CONTRATANTE, deverão ser promovidos:

(a) a devolução da garantia;
(b) os pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da extinção;

CSVCAP202509637

Autenticado com senha por CRISTIANE VIDAL DE OLIVEIRA - GERENTE II / 50350 - 18/08/2025 às 10:47:37.
Documento Nº: 11647390-8419 - consulta à autenticidade em
https://acesso.processo.rio/sigaex/public/app/autenticar?n=11647390-8419

SIGA

(c) o pagamento do custo de desmobilização, caso haja;
(d) o ressarcimento dos prejuízos comprovadamente sofridos.

Parágrafo Sexto – Na hipótese de extinção do Contrato por culpa da CONTRATADA, esta somente terá direito ao valor das faturas relativas às parcelas do objeto efetivamente adimplidas até a data da rescisão do Contrato, após a compensação prevista no parágrafo quarto desta Cláusula.

Parágrafo Sétimo – No caso de extinção amigável, esta será reduzida a termo, tendo a CONTRATADA direito aos pagamentos devidos pela execução do Contrato, conforme atestado em laudo da comissão especial designada para esse fim e à devolução da garantia.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – SUBCONTRATAÇÃO
A CONTRATADA não poderá subcontratar, nem ceder sem a prévia e expressa anuência do CONTRATANTE e sempre mediante instrumento próprio, a ser publicado na imprensa oficial.

Parágrafo Único – A SUBCONTRATADA será solidariamente responsável com a CONTRATADA por todas as obrigações legais e contratuais decorrentes do objeto do Contrato, nos limites da subcontratação, inclusive as de natureza trabalhista e previdenciária.

CLÁUSULA VISÉGIMA PRIMEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
Os recursos necessários à execução dos serviços ora contratados correrão à conta do Programa de Trabalho 43001.10.4301.15.452.0071.2778, Código de Despesa 339039, tendo sido empenhada a importância de R$ 165.360,00 (cento e sessenta e cinco mil, trezentos e sessenta reais), por meio da Nota de Empenho nº 2025NE000365, ficando o restante a ser empenhado à conta do orçamento do próximo exercício.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – FORO
Fica eleito o Foro Central da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – PUBLICAÇÃO
O CONTRATANTE promoverá a publicação do extrato deste instrumento no Diário Oficial do Município no prazo estabelecido no art. 441 do RGCAF, além da divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), nos termos do art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021, às expensas da CONTRATADA.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA
O CONTRATANTE providenciará a remessa de cópias autênticas do presente instrumento ao Tribunal de Contas do Município na forma da legislação aplicável.

CSVCAP202509637

Autenticado com senha por CRISTIANE VIDAL DE OLIVEIRA - GERENTE II / 50350 - 18/08/2025 às 10:47:37.
Documento Nº: 11647390-8419 - consulta à autenticidade em
https://acesso.processo.rio/sigaex/public/app/autenticar?n=11647390-8419

SIGA

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – DISPOSIÇÕES FINAIS

a) A CONTRATADA se obriga a manter, durante todo o período de execução do Contrato, as condições de habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira, regularidade fiscal e regularidade trabalhista exigidas no Edital por meio do qual foi licitada a aquisição objeto do presente instrumento e o teor da sua proposta de preço, sob pena de extinção do Contrato;

b) Fazem parte do presente contrato as prerrogativas constantes do art. 104 da Lei Federal nº 14.133/2021.

c) Na contagem dos prazos, é excluído o dia de início e incluído o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, salvo disposição em contrário. Os prazos somente se iniciam e vencem em dias de expediente no CONTRATANTE.

E por estarem justos e acordados, assinam o presente em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, que também o assinam.

Rio de Janeiro, 14 de agosto de 2025.

Regina Ribeiro Ferreira
Subsecretária de Gestão
Secretaria de Conservação
Mat. 11/351.176-3

REGINA RIBEIRO FERREIRA
Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos
Subsecretária de Gestão
Matr. 11/351.176-3

CARLOS FREDERICO DE ALMEIDA:05935806134
Assinado de forma digital por CARLOS FREDERICO DE ALMEIDA:05935806134
Dados: 2025.08.13 15:17:27 -03'00'

CARLOS FREDERICO DE ALMEIDA
Andrade Barros Logística e Serviços Ltda.
Representante Legal
CPF: 059.358.061-34

Cristiane Vidal de Oliveira
Gerente III
SC/SUBG/CCCPL
Mat.: 60/325.202-0

TESTEMUNHA
(Nome, cargo, matrícula e lotação)

Bruno Siqueira Mallet
Coordenador - SC/SUBG/CAAD
Matr. 11/288.769-3

TESTEMUNHA
(Nome, cargo, matrícula e lotação)

CSVCAP202509637

Autenticado com senha por CRISTIANE VIDAL DE OLIVEIRA - GERENTE II / 50350 - 18/08/2025 às 10:47:37.
Documento Nº: 11647390-8419 - consulta à autenticidade em
https://acesso.processo.rio/sigaex/public/app/autenticar?n=11647390-8419

SIGA

ANEXO I

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL E ADMINISTRATIVA

Para a execução deste instrumento jurídico, as partes declaram conhecer a Lei Federal nº 12.846/2013, se comprometem a atuar de forma ética, íntegra, legal e transparente, e estão cientes de que não poderão oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta, indireta ou por meio de subcontratados ou terceiros, quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada.

Parágrafo primeiro – A responsabilização da pessoa jurídica subsiste nas hipóteses de alteração contratual, transformação, incorporação, fusão ou cisão societária, ressalvados os atos lesivos ocorridos antes da data da fusão ou incorporação, quando a responsabilidade da sucessora será restrita à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado, até o limite do patrimônio transferido.

Parágrafo segundo – As sociedades controladoras, controladas, coligadas ou, no âmbito do respectivo contrato, as consorciadas serão solidariamente responsáveis pela prática dos atos previstos nesta Lei, restringindo–se tal responsabilidade à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado.

Rio de Janeiro, 14 de agosto de 2025.

Regina Ribeiro Ferreira
Subsecretária de Gestão
Secretaria de Conservação
Mat. 11/351.176-3

REGINA RIBEIRO FERREIRA
Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos
Subsecretária de Gestão
Matr. 11/351.176-3

CARLOS FREDERICO DE ALMEIDA:05935806134
Assinado de forma digital por CARLOS FREDERICO DE ALMEIDA:05935806134
Dados: 2025.08.13 15:18:44 -03'00'

CARLOS FREDERICO DE ALMEIDA
Andrade Barros Logística e Serviços Ltda.
Representante Legal
CPF: 059.358.061-34

CSVCAP202509637

Autenticado com senha por CRISTIANE VIDAL DE OLIVEIRA - GERENTE II / 50350 - 18/08/2025 às 10:47:37.
Documento Nº: 11647390-8419 - consulta à autenticidade em
https://acesso.processo.rio/sigaex/public/app/autenticar?n=11647390-8419

SIGA

gov.br | Instituto Nacional de Tecnologia da Informação

VALIDAR

Serviço de validação de assinaturas eletrônicas

Simples > Completo

Atenção: O conteúdo do documento é de inteira responsabilidade do(s) signatário(s).

Informações gerais do arquivo:

Nome do arquivo: ANDRADE BARROS - LocaÃ§Ã£o de VeÃculos - CSV-PRO-2025-05973_Ass (1).pdf
Hash: 3ac39812465077202755901041l7b314af27c1685328dfc14fa50afd2af64db3
Data da validação: 13/08/2025 15:20:27 BRT

Informações da Assinatura:

Assinado por: CARLOS FREDERICO DE ALMEIDA
CPF: ***.358.061-**
Nº de série de certificado emitente: 0x6ee6ab5139b7cc3d
Data da assinatura: 13/08/2025 15:17:27 BRT



Assinatura aprovada.

Esta assinatura se repete mais 1 vezes. É necessária apenas uma assinatura para validar todo o documento.

Ver Relatório de Conformidade

AVALIE O SERVIÇO QUE VOCÊ UTILIZOU

Sua opinião é importante para o aprimoramento de nossos serviços.



Avaliar

ACESSO RÁPIDO

Validar | Sobre | Dúvidas | Informações

Fale Conosco

ASSUNTOS

CSVCAP202509637

Autenticado com senha por CRISTIANE VIDAL DE OLIVEIRA - GERENTE II / 50350 - 18/08/2025 às 10:47:37.
Documento Nº: 11647390-8419 - consulta à autenticidade em
https://acesso.processo.rio/sigaex/public/app/autenticar?n=11647390-8419

SIGA

Objeto: Autorização para realização de pousos de aeronaves de asa rotativa de até 7 toneladas no Heliponto do Rio de Janeiro, Lagoa Rodrigo de Freitas.
Vigência: 24 meses a partir da Data da Assinatura.
Fundamento: Legislação vigente, em especial, pela Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro, o Código de Administração Financeira do Município do Rio de Janeiro (CAF) e o Regulamento do Código de Administração Financeira (RGCAF).

GABINETE DO PREFEITO
CENTRO DE OPERAÇÕES E RESILIÊNCIA
EXTRATO DE TERMO DE COMPROMISSO

Processo Instrutivo: GAB-PRO-2025/00827
Termo de Compromisso Nº 2509204/2025
Data da Assinatura: 19/05/2025
Partes: MRJ, através do CENTRO DE OPERAÇÕES E RESILIÊNCIA DO GABINETE DO PREFEITO - GP-COR e HELIRIO TÁXI AÉREO LTDA.
Objeto: Autorização para realização de pousos de aeronaves de asa rotativa de até 7 toneladas no Heliponto do Rio de Janeiro, Lagoa Rodrigo de Freitas.
Vigência: 24 meses a partir da Data da Assinatura.
Fundamento: Legislação vigente, em especial, pela Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro, o Código de Administração Financeira do Município do Rio de Janeiro (CAF) e o Regulamento do Código de Administração Financeira (RGCAF).

SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO
EXTRATO INSTRUMENTO CONTRATUAL

Processo: HBT-PRO-2023/00348
Termo Aditivo nº 08/2025 ao Contrato n.º 020/2023
Data: 14/08/2025
Partes: SMH/ REUNIDAS SUDESTE ENGENHARIA LTDA EPP
Objeto: Adequação da planilha orçamentária, com modificações qualitativas e quantitativas, sem acréscimo de valor, nos termos do art. 65, inciso I, alíneas "a" e "b", da Lei nº 8.666/93, bem como adequação do cronograma físico-financeiro, sem alteração de prazo, com fundamento no art. 65, inciso II, alínea "c", da referida Lei.
Fundamento: Lei 8.666/93 e suas alterações

SECRETARIA MUNICIPAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA
EXTRATO DE TERMO CONTRATUAL

Processo Instrutivo: DEF-PRO-2025/00466
Instrumento: Contrato nº 05/2025
Data da Assinatura: 13/08/2025
Prazo: 06 (seis) meses a partir da assinatura.
Partes: MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO - SMPD e ARW LOCADORA DE VEICULOS LTDA.
Objeto: Prestação de Serviços de LOCAÇÃO DE 1 (UM) VEÍCULO AUTOMOTOR, TIPO SEDAN, AUTOMÁTICO, SEM SERVIÇO DE CONDUÇÃO E SEM COMBUSTÍVEL a ser utilizado nas atividades da equipe da área técnica desenvolvidas pela SMPD da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.
Valor: R$ 24.600,00(vinte e quatro mil e seiscentos reais)
Programa de Trabalho: 10.4001.08.242. 0381. 2900
Natureza da Despesa: 339039
Valor empenhado: R$ 18.176,77 (dezoito mil cento e setenta e seis reais e setenta e sete centavos)
Nota de Empenho n.º: 2025NE000288
Fundamento: Lei Federal Nº 14.133/2021 e suas alterações e o Decreto Rio Nº 50.797/ 2022.

SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Processo Instrutivo nº: CSV-PRO-2023/02452
Termo Aditivo nº 42/2025 ao Contrato nº 44/2023
Data da assinatura: 14/08/25
Partes: Município do Rio de Janeiro/Seconserva e ENGREST - Engenharia de Recuperação Estrutural Ltda
Objeto: a) prorrogação do prazo contratual a contar de 01/08/25 a 26/07/26 b) adequação do cronograma físico-financeiro c) supressão do valor contratual sem alteração de quantitativos de itens para ajuste do valor contratual
Prazo: 360 dias
Valor: R$ 2.500.760,77 (dois milhões, quinhentos mil, setecentos e sessenta reais e setenta e sete centavos)
Valor Suprimido: R$ 12,23 (doze reais e vinte e três centavos)
Programa de Trabalho: 43001.10.4301.15.452.0071.2778
Natureza da Despesa: 339039
Nota de Empenho nº: 2025NE000331
Fundamento: Art. 107, Art. 124 II, "c" e Art. 124 II da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações.

GABINETE DO PREFEITO
CENTRO DE OPERAÇÕES E RESILIÊNCIA
EXTRATO DE TERMO DE COMPROMISSO

Processo Instrutivo: GAB-PRO-2025/00633
Termo de Compromisso Nº 2509231/2025
Data da Assinatura: 27/03/2025
Partes: MRJ, através do CENTRO DE OPERAÇÕES E RESILIÊNCIA DO GABINETE DO PREFEITO - GP-COR e Renato Ribeiro Machado, Marcelo Ribeiro Machado, Berenice Ribeiro Machado, Cláudio Ribeiro Machado, Sérgio Ribeiro Machado, Ana Lúcia Machado Sabino, Marcos Ribeiro Machado e Paulo Ribeiro Machado.
Objeto: Autorização para realização de pousos de aeronaves de asa rotativa de até 7 toneladas no Heliponto do Rio de Janeiro, Lagoa Rodrigo de Freitas.
Vigência: 24 meses a partir da Data da Assinatura.
Fundamento: Legislação vigente, em especial, pela Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro, o Código de Administração Financeira do Município do Rio de Janeiro (CAF) e o Regulamento do Código de Administração Financeira (RGCAF).

SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO
EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

Processo Instrutivo nº: CSV-PRO-2025/05973 (EOP-PRO- 2025/00061)
Contrato nº: 12/2025
Data da assinatura: 14/08/25
Partes: MUNICÍPIO DO RJ/SECONSERVA e ANDRADE BARROS LOGÍSTICA E SERVIÇOS LTDA.
Objeto: Prestação de Serviços Locação de Veículos de Fiscalização - Sedan, sem Condutor e sem Combustível
Prazo: 36 meses
Valor total: R$ 1.364.220,00 (um milhão,trezentos e sessenta e quatro mil e duzentos e vinte reais)
Programa de Trabalho: 43001.10.4301.15.452.0071.2778
Natureza da Despesa: 339039
Notas de Empenho nº: 2025NE000365
Fundamento: Lei nº 14.133/2021 e suas alterações.

SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Processo instrutivo nº: 26/001.868/2022
Termo Aditivo nº 43/2025 ao Contrato nº 15/2023
Data da assinatura: 14/08/25
Partes: Município do RJ/Seconserva e Globo Construções e Terraplanagem Ltda.
Objeto: a) aditivo financeiro com acréscimo de itens b) adequação do cronograma físico-financeiro
Valor: R$ 420.199,79 (quatrocentos e vinte mil, cento e noventa e nove reais e setenta e nove centavos)
Fundamento: Art. 65 §1º, I, "b" e Art. 65, II, "c" da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

TRIBUNAL DE CONTAS DO MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO
EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

Processo Instrutivo: nº 40/100.267/2021
Identificação do Instrumento: 3º Termo Aditivo nº 26/2025.
Data de assinatura: 13/08/2025.
Partes: TRIBUNAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO e OI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL.
Objeto: Prorrogação de prazo e reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato nº 08/2021, serviços de rede de transporte de telecomunicações.
Prazo: 12 meses, de 18/08/2025 a 17/08/2026
Valor: R$ 22.717,32
Empenho: nº 337 de 13/08/2025, no valor de R$ 8.392,79.
Programa de Trabalho: 2101.01.032.0004.2051.
Natureza da Despesa: 33.90.40.05.
Fundamento do Instrumento: Arts. 57 e 65 da Lei 8.666/93.

SECRETARIA ESPECIAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA
EXTRATO DE TERMO DE COLABORAÇÃO

Processo.Rio: SDE-PRO-2025/00033
Termo de Colaboração Nº.: 001/2025
Data da Assinatura: 15/08/2025
Partes: MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, através da SECRETARIA ESPECIAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA SES-Rio e o E O CENTRO DE APOIO AO DEFICIENTE VISUAL DE SÃO GONÇALO - CADEVISG..
Objeto: Cogestão técnica e administrativa do Projeto "Agentes Solidários", realizando a concepção e a execução do levantamento de dados, formação, consultoria, acompanhamento e outros formatos, com fins de promover a inserção da Economia Solidária dentro dos projetos de geração de renda e trabalho na cidade do Rio de Janeiro, bem como a promoção de todas as atividades constantes do Plano de Trabalho (Anexo I).
Prazo: 24 (vinte e quatro meses) meses a contar a partir da data de assinatura.
Valor total: R$ 3.556.115,73 (três milhões, quinhentos e cinquenta e seis mil, cento e quinze reais e setenta e três centavos)
Programa de Trabalho: 19001.04.122.0611.2902;
Natureza da Despesa: 3.3.50.85
Nota de Empenho Nº: 2025/000089 no valor de R$ 889.028,92 (oitocentos e oitenta e nove mil, vinte e oito reais e noventa e dois centavos)
Fundamento: Legislação vigente, aplicável à espécie, e ainda pelas disposições que a completarem, cujas normas, desde já, entendem-se como integrantes deste, em especial pelas normas gerais da Lei Federal nº 13.019, de 31.07.2014 e suas alterações; do Decreto nº 42696 de 2016; do Decreto nº 21.083, de 20.02.2002; do Decreto nº 32.318, de 7.06.2010; pelas normas do Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Município do Rio de Janeiro (CAF), instituído pela Lei nº 207, de 19.12.1980, e suas alterações, ratificadas pela Lei Complementar nº 01, de 13.09.1990; pelas normas do Regulamento Geral do Código supracitado (RGCAF), aprovado pelo Decreto nº 3.221, de 18/09/1981 e suas alterações.

COMPANHIA MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA - COMLURB
DIRETORIA JURÍDICA - DJU
EXPEDIENTE DE 15/08/2025
EXTRATO DE CONTRATO

Processo Instrutivo nº: CLB-PRO-2024/08189
Número da Licitação: 90292/2025
Modalidade: Pregão Eletrônico
Contrato: 2502743
Data de Assinatura: 21/07/2025
Partes: COMPANHIA MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA - COMLURB e SKY CLEAN COM. EQUIPAMENTOS LTDA.
Objeto: Aquisição de luva de PVC cano longo - Item 01
Prazo: 240 (duzentos e quarenta) dias, contados a partir da data de assinatura
Valor: R$ 150.747,20 (cento e cinquenta mil, setecentos e quarenta e sete reais e vinte centavos)
Órgão Orçamento: 4351
Unidade Orçamentária: 43051
Programa de Trabalho: 10.4351.18.541.0615.4042
Natureza da Despesa: 33.90.39
Tipo patrimonial: 17
Item patrimonial: 173
Nota de Reserva: 2025NR001237
Fundamento: Lei nº 13.303/2016 c/c Lei nº 14.133/2021.
OMITIDO NO D.O RIO DO DIA 08/08/2025.

COMPANHIA MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA - COMLURB
DIRETORIA JURÍDICA - DJU
EXPEDIENTE DE 15/08/2025
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Processo Instrutivo nº: CLB-PRO-2023/03118
Número da Licitação: N/A
Modalidade: N/A
Contrato: 068/2023
Termo Aditivo: 057/2025
Data de Assinatura: 11/08/2025
Partes: COMLURB e ALTERDATA TECNOLOGIA EM INFORMÁTICA LTDA.
Objeto: Concessão de reajuste, no percentual de 9,54%, com base no IPCA-E, acumulado do período de 07/2023 a 06/2025 e a prorrogação da vigência contratual, por mais 24 (vinte e quatro) meses, contados de 09/08/2025.
Valor:
Fundamento: Cláusula Quinta do contrato c/c artigo 69, inciso III, da Lei nº 13.303/2016 e artigo 71, I e II, da Lei nº 13.303/2016.

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55
Data: Sábado, 16 de Agosto de 2025 às 21:23:59
Código de Autenticação: bIT1H67

CSVCAP202509637

Autenticado com senha por CRISTIANE VIDAL DE OLIVEIRA - GERENTE II / 50350 - 18/08/2025 às 10:47:37.
Documento Nº: 11647390-8419 - consulta à autenticidade em
https://acesso.processo.rio/sigaex/public/app/autenticar?n=11647390-8419

SIGA

Prefeitura Municipal de Conservação / SECONSERVA
542

D.O. RIO
Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro

Objeto: Autorização para realização de pousos de aeronaves de asa rotativa de até 7 toneladas no Heliponto do Rio de Janeiro, Lagoa Rodrigo de Freitas.
Vigência: 24 meses a partir da Data da Assinatura.
Fundamento: Legislação vigente, em especial, pela Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro, o Código de Administração Financeira do Município do Rio de Janeiro (CAF) e o Regulamento do Código de Administração Financeira (RGCAF).

GABINETE DO PREFEITO
CENTRO DE OPERAÇÕES E RESILIÊNCIA
EXTRATO DE TERMO DE COMPROMISSO

Processo Instrutivo: GAB-PRO-2025/00827
Termo de Compromisso Nº 2509204/2025
Data da Assinatura: 19/05/2025
Partes: MRJ, através do CENTRO DE OPERAÇÕES E RESILIÊNCIA DO GABINETE DO PREFEITO - GP-COR e HELIRIO TÁXI AÉREO LTDA.
Objeto: Autorização para realização de pousos de aeronaves de asa rotativa de até 7 toneladas no Heliponto do Rio de Janeiro, Lagoa Rodrigo de Freitas.
Vigência: 24 meses a partir da Data da Assinatura.
Fundamento: Legislação vigente, em especial, pela Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro, o Código de Administração Financeira do Município do Rio de Janeiro (CAF) e o Regulamento do Código de Administração Financeira (RGCAF).

SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO
EXTRATO INSTRUMENTO CONTRATUAL

Processo: HBT-PRO-2023/00348
Termo Aditivo nº 08/2025 ao Contrato n.º 020/2023
Data: 14/08/2025
Partes: SMH/ REUNIDAS SUDESTE ENGENHARIA LTDA EPP
Objeto: Adequação da planilha orçamentária, com modificações qualitativas e quantitativas, sem acréscimo de valor, nos termos do art. 65, inciso I, alíneas "a" e "b", da Lei nº 8.666/93, bem como adequação do cronograma físico-financeiro, sem alteração de prazo, com fundamento no art. 65, inciso II, alínea "c", da referida Lei.
Fundamento: Lei 8.666/93 e suas alterações

SECRETARIA MUNICIPAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA
EXTRATO DE TERMO CONTRATUAL

Processo Instrutivo: DEF-PRO-2025/00466
Instrumento: Contrato nº 05/2025
Data da Assinatura: 13/08/2025
Prazo: 06 (seis) meses a partir da assinatura.
Partes: MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO - SMPD e ARW LOCADORA DE VEICULOS LTDA.
Objeto: **Prestação de Serviços de LOCAÇÃO DE 1 (UM) VEÍCULO AUTOMOTOR, TIPO SEDAN, AUTOMÁTICO, SEM SERVIÇO DE CONDUÇÃO E SEM COMBUSTÍVEL a ser utilizado nas atividades da equipe da área técnica desenvolvidas pela SMPD da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro**.
Valor: R$ 24.600,00(vinte e quatro mil e seiscentos reais)
Programa de Trabalho: 10.4001.08.242. 0381. 2900
Natureza da Despesa: 339039
Valor empenhado: R$ 18.176,77 (dezoito mil cento e setenta e seis reais e setenta e sete centavos)
Nota de Empenho n.º: 2025NE000288
Fundamento: Lei Federal Nº 14.133/2021 e suas alterações e o Decreto Rio Nº 50.797/ 2022.

SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Processo Instrutivo nº: **CSV-PRO-2023/02452**
Termo Aditivo nº 42/2025 ao Contrato nº 44/2023
Data da assinatura: 14/08/25
Partes: Município do Rio de Janeiro/Seconserva e ENGREST - Engenharia de Recuperação Estrutural Ltda
Objeto: a) prorrogação do prazo contratual a contar de 01/08/25 a 26/07/26 b) adequação do cronograma físico-financeiro c) supressão do valor contratual sem alteração de quantitativos de itens para ajuste do valor contratual
Prazo: 360 dias
Valor: R$ 2.500.760,77 (dois milhões, quinhentos mil, setecentos e sessenta reais e setenta e sete centavos)
Valor Suprimido: R$ 12,23 (doze reais e vinte e três centavos)
Programa de Trabalho: 43001.10.4301.15.452.0071.2778
Natureza da Despesa: 339039
Nota de Empenho nº: 2025NE000331
Fundamento: Art. 107, Art. 124 II, "c" e Art. 124 II da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações.

GABINETE DO PREFEITO
CENTRO DE OPERAÇÕES E RESILIÊNCIA
EXTRATO DE TERMO DE COMPROMISSO

Processo Instrutivo: GAB-PRO-2025/00633
Termo de Compromisso Nº 2509231/2025
Data da Assinatura: 27/03/2025
Partes: MRJ, através do CENTRO DE OPERAÇÕES E RESILIÊNCIA DO GABINETE DO PREFEITO - GP-COR e Renato Ribeiro Machado, Marcelo Ribeiro Machado, Berenice Ribeiro Machado, Cláudio Ribeiro Machado, Sérgio Ribeiro Machado, Ana Lúcia Machado Sabino, Marcos Ribeiro Machado e Paulo Ribeiro Machado.
Objeto: Autorização para realização de pousos de aeronaves de asa rotativa de até 7 toneladas no Heliponto do Rio de Janeiro, Lagoa Rodrigo de Freitas.
Vigência: 24 meses a partir da Data da Assinatura.
Fundamento: Legislação vigente, em especial, pela Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro, o Código de Administração Financeira do Município do Rio de Janeiro (CAF) e o Regulamento do Código de Administração Financeira (RGCAF).

SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO
EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

Processo Instrutivo nº: **CSV-PRO-2025/05973 (EOP-PRO- 2025/00061)**
Contrato nº: 12/2025
Data da assinatura: 14/08/25
Partes: MUNICÍPIO DO RJ/SECONSERVA e ANDRADE BARROS LOGÍSTICA E SERVIÇOS LTDA.
Objeto: Prestação de Serviços Locação de Veículos de Fiscalização - Sedan, sem Condutor e sem Combustível
Prazo: 36 meses
Valor total: R$ 1.364.220,00 (um milhão,trezentos e sessenta e quatro mil e duzentos e vinte reais)
Programa de Trabalho: 43001.10.4301.15.452.0071.2778
Natureza da Despesa: 339039
Notas de Empenho nº: 2025NE000365
Fundamento: Lei nº 14.133/2021 e suas alterações.

SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Processo Instrutivo nº: **26/001.868/2022**
Termo Aditivo nº 43/2025 ao Contrato nº 15/2023
Data da assinatura: 14/08/25
Partes: Município do RJ/Seconserva e Globo Construções e Terraplanagem Ltda.
Objeto: a) aditivo financeiro com acréscimo de itens b) adequação do cronograma físico-financeiro
Valor: R$ 420.199,79 (quatrocentos e vinte mil, cento e noventa e nove reais e setenta e nove centavos)
Fundamento: Art. 65 §1º, I, "b" e Art. 65, II, "c" da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

TRIBUNAL DE CONTAS DO MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO
EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

Processo Instrutivo: nº 40/100.267/2021
Identificação do Instrumento: 3º Termo Aditivo nº 26/2025.
Data de assinatura: 13/08/2025.
Partes: TRIBUNAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO e OI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL.
Objeto: Prorrogação de prazo e reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato nº 08/2021, serviços de rede de transporte de telecomunicações.
Prazo: 12 meses, de 18/08/2025 a 17/08/2026
Valor: R$ 22.717,32
Empenho: nº 337 de 13/08/2025, no valor de R$ 8.392,79.
Programa de Trabalho: 2101.01.032.0004.2051.
Natureza da Despesa: 33.90.40.05.
Fundamento do Instrumento: Arts. 57 e 65 da Lei 8.666/93.

SECRETARIA ESPECIAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA
EXTRATO DE TERMO DE COLABORAÇÃO

Processo.Rio: SDE-PRO-2025/00033
Termo de Colaboração Nº.: 001/2025
Data da Assinatura: 15/08/2025
Partes: MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, através da SECRETARIA ESPECIAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA SES-Rio e o E O CENTRO DE APOIO AO DEFICIENTE VISUAL DE SÃO GONÇALO - CADEVISG..
Objeto: Cogestão técnica e administrativa do Projeto "Agentes Solidários", realizando a concepção e a execução do levantamento de dados, formação, consultoria, acompanhamento e outros formatos, com fins de promover a inserção da Economia Solidária dentro dos projetos de geração de renda e trabalho na cidade do Rio de Janeiro, bem como a promoção de todas as atividades constantes do Plano de Trabalho (Anexo I).
Prazo: 24 (vinte e quatro meses) meses a contar a partir da data de assinatura.
Valor total: R$ 3.556.115,73 (três milhões, quinhentos e cinquenta e seis mil, cento e quinze reais e setenta e três centavos)
Programa de Trabalho: 19001.04.122.0611.2902;
Natureza da Despesa: 3.3.50.85
Nota de Empenho Nº: 2025/000089 no valor de R$ 889.028,92 (oitocentos e oitenta e nove mil, vinte e oito reais e noventa e dois centavos)
Fundamento: Legislação vigente, aplicável à espécie, e ainda pelas disposições que a completarem, cujas normas, desde já, entendem-se como integrantes deste, em especial pelas normas gerais da Lei Federal nº 13.019, de 31.07.2014 e suas alterações; do Decreto nº 42696 de 2016; do Decreto nº 21.083, de 20.02.2002; do Decreto nº 32.318, de 7.06.2010; pelas normas do Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Município do Rio de Janeiro (CAF), instituído pela Lei nº 207, de 19.12.1980, e suas alterações, ratificadas pela Lei Complementar nº 01, de 13.09.1990; pelas normas do Regulamento Geral do Código supracitado (RGCAF), aprovado pelo Decreto nº 3.221, de 18/09/1981 e suas alterações.

COMPANHIA MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA - COMLURB
DIRETORIA JURÍDICA - DJU
EXPEDIENTE DE 15/08/2025
EXTRATO DE CONTRATO

Processo Instrutivo nº: CLB-PRO-2024/08189
Número da Licitação: 90292/2025
Modalidade: Pregão Eletrônico
Contrato: 2502743
Data da Assinatura: 21/07/2025
Partes: COMPANHIA MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA - COMLURB e SKY CLEAN COM. EQUIPAMENTOS LTDA.
Objeto: Aquisição de luva de PVC cano longo - Item 01
Prazo: 240 (duzentos e quarenta) dias, contados a partir da data de assinatura
Valor: R$ 150.747,20 (cento e cinquenta mil, setecentos e quarenta e sete reais e vinte centavos)
Órgão Orçamento: 4351
Unidade Orçamentária: 43051
Programa de Trabalho: 10.4351.18.541.0615.4042
Natureza da Despesa: 33.90.39
Tipo patrimonial: 17
Item patrimonial: 173
Nota de Reserva: 2025NR001237
Fundamento: Lei nº 13.303/2016 c/c Lei nº 14.133/2021.
OMITIDO NO D.O RIO DO DIA 08/08/2025.

COMPANHIA MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA - COMLURB
DIRETORIA JURÍDICA - DJU
EXPEDIENTE DE 15/08/2025
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Processo Instrutivo nº: CLB-PRO-2023/03118
Número da Licitação: N/A
Modalidade: N/A
Contrato: 068/2023
Termo Aditivo: 057/2025
Data de Assinatura: 11/08/2025
Partes: COMLURB e ALTERDATA TECNOLOGIA EM INFORMÁTICA LTDA.
Objeto: Concessão de reajuste, no percentual de 9,54%, com base no IPCA-E, acumulado do período de 07/2023 a 06/2025 e a prorrogação da vigência contratual, por mais 24 (vinte e quatro) meses, contados de 09/08/2025.
Valor:
Fundamento: Cláusula Quinta do contrato c/c artigo 69, inciso III, da Lei nº 13.303/2016 e artigo 71, I e II, da Lei nº 13.303/2016.

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Sábado, 16 de Agosto de 2025 às 21:19:27 Código de Autenticação: bff71f67

CSVPRO2025059730V02

Assinado com senha por MARINA PEREIRA TOLEDO - 18/08/2025 às 10:50:49.
Documento Nº: 10996927.92855525-118 - consulta à autenticidade em
https://acesso.processo.rio/sigaex/public/app/autenticar?n=10996927.92855525-118

SIGA